



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

SAULO RÔMULO PEREIRA FEITOSA

**PROCESSO DE FORMAÇÃO DO INSTRUTOR DE JUDÔ, BASEADAS NAS
PROPOSTAS DE DIDÁTICAS PEDAGÓGICAS UTILIZADAS NA INICIAÇÃO
INFANTIL**

**BRASÍLIA
2023**

SAULO RÔMULO PEREIRA FEITOSA

**PROCESSO DE FORMAÇÃO DO INSTRUTOR DE JUDÔ, BASEADAS NAS
PROPOSTAS DE DIDÁTICAS PEDAGÓGICAS UTILIZADAS NA INICIAÇÃO
INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado à Faculdade de Educação
Física da Universidade de Brasília, como
requisito para a Obtenção do grau de
Licenciatura em Educação Física.

Orientadora: Prof. Dr. Lídia Bezerra.
Co-orientador: Dr. Alexandre Ribeiro

**BRASÍLIA
2023**

SAULO RÔMULO PEREIRA FEITOSA

**PROCESSO DE FORMAÇÃO DO INSTRUTOR DE JUDÔ, BASEADAS NAS
PROPOSTAS DE DIDÁTICAS PEDAGÓGICAS UTILIZADAS NA INICIAÇÃO
INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado a Faculdade de Educação
Física da Universidade de Brasília, como
requisito para a Obtenção do grau de
Licenciatura em Educação Física.

Aprovado em: 28 de julho de 2023
Conceito: MS

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Lídia Mara Aguiar Bezerra de Melo
Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Educação Física
Presidente

Prof(a). Alexandre Lima de Araújo Ribeiro
Usuário externo
Membro

Prof(a). Victor Lage
Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Educação Física
Membro

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a Deus, por me guiar e me iluminar, pois sem ele eu não estaria aqui escrevendo essas palavras

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, aos meus companheiros que estiveram comigo durante a graduação, a Gabriella Rodrigues e a todos os professores que me ensinaram durante o processo de graduação.

RESUMO

As propostas pedagógicas, da modalidade judô, ofertadas no ensino infantil são o reflexo da formação do instrutor. No entanto, não se sabe como e ofertada a formação do instrutor de judô que atua na iniciação desta modalidade, área essa que guarda relação com a educação física, profissão essa que pode servir como um modelo de inovação para os instrutores que buscam capacitação. O objetivo deste estudo foi realizar uma pesquisa de finalidade básica estratégica, objetivo descritivo exploratório, diante do método hipotético dedutivo, com abordagem qualitativa feita por meio de procedimentos bibliográficos e documentais. Mediante aos achados, foi observado que a formação do instrutor, pautada no modelo tradicional, replicada no ensino infantil, pode acarretar implicações nas aulas. Conclui-se que mesmo com o avanço científico e profissional em diversas áreas do conhecimento, muitos instrutores de judô ainda se pautam em formações apenas de teor prático que refletem nas aulas dos alunos, sendo uma aproximação com o campo da educação física, uma oportunidade de mudar este cenário.

Palavras-chave: Judô; Instrutor de judô; Educação Física.

ABSTRACT

The pedagogical proposals of the judo modality, offered in early childhood education are the reflection of the instructor's training. However, it is not known how the training of the judo instructor who works in the initiation of this modality is offered, an area that is related to physical education, a profession that can serve as a model of innovation for instructors who seek training. The objective of this study was to conduct research for basic strategic purposes, exploratory descriptive objective, in the face of the hypothetical deductive method, with a qualitative approach made through bibliographic and documentary procedures. Through the findings, it was observed that the training of the instructor, based on the traditional model, replicated in early childhood education, can have implications in the classes. It is concluded that even with the scientific and professional advancement in several areas of knowledge, many judo instructors are still guided by training only of practical content that reflect in the classes of the students, being an approximation with the field of physical education, an opportunity to change this scenario.

Keywords: Judo; Judo instructor; Physical education.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	09
1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivos	11
1.2 Objetivo Geral	11
1.3 Objetivos Específicos	11
2 O INSTRUTOR DE JUDÔ	12
2.1 Um breve histórico do judô	12
2.2 O judô no modelo artesanal e profissional	14
2.3 A formação do instrutor de judô na figura do faixa preta	16
3 AS LACUNAS EXISTENTES NOS ENSINOS DO JUD	21
3.1 Iniciação esportiva precoce	21
3.2 Desenvolvimento motor	23
3.3 A atuação do instrutor na educação infantil	25
4 PROPOSTAS DE CAPACITAÇÃO AOS INSTRUTORES DE JUDÔ	28
ATRAVÉS DO CAMPO PROFISSIONAL	
5 METODOLOGIA	30
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS	31
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35

LISTA DE SIGLAS

CBJ	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ
CONFEF	CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CREF	CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA
FPJ	FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ
LPJ	LIGA PAULISTA DE JUDÔ
UNICAMP	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
UNESP	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
USP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UFPI	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PÍAUI
UFRGS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
UFRJ	UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

1 INTRODUÇÃO

Por desenvolver de forma integral os aspectos cognitivos, sociais, emocionais e físicos, o judô foi declarado pela UNESCO como a modalidade esportiva mais adequada para iniciação das crianças. (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ, 2013).

Segundo Gomes et al. (2013), essa modalidade foi desenvolvida no Japão, e sua prática é realizada em diversos ambientes e com vários objetivos, desde performance esportiva como também trabalhada no ensino educacional. Logo, essa modalidade tem sua iniciação na pré-escola, podendo seguir uma linha educacional, recreativa ou esportiva, desde que se adeque conforme a faixa-etária e as características biológicas e psicológicas das crianças.

Na iniciação da modalidade, é de suma importância que a função de ensinar esteja sob mãos de um profissional com um grande repertório didático-pedagógico que possa atuar no desenvolvimento integral da criança. (GOMES et al. 2013).

Sabe-se que a profissão que se relaciona com os esportes é a do profissional de educação física. Entretanto, existem modalidades desportivas que através de suas confederações e federações, tem autonomia para formarem seus instrutores que também assumem o papel de educador em suas respectivas modalidades.

Diante das incógnitas que circulam sobre a formação dos instrutores de judô que atuam na iniciação da modalidade e se estes estão aptos para solucionar as demandas público. Percebe-se a necessidade de analisar como acontece o processo de formação dos instrutores de judô que atuam na iniciação da modalidade, atribuindo propostas inovadoras para os procedimentos didáticos pedagógicos através da graduação em educação física.

Portanto, indaga-se: Como acontece o processo de formação dos instrutores de judô que atuam na iniciação da modalidade e se os modelos de capacitação ofertados a esses instrutores podem vir através da educação física?

1.1 Objetivos

1.2 Objetivo Geral

Investigar o processo de formação dos instrutores de judô que atuam na educação infantil.

1.3 Objetivos específicos

- Investigar a formação do instrutor de judô.
- Analisar implicações no processo de ensino do judô infantil.
- Identificar os procedimentos didático-pedagógicos utilizados na atuação infantil e listar formas de capacitação dos instrutores de judô através da educação física.

Parte-se da hipótese de que a formação que o instrutor recebe para atuar como professor de judô na iniciação da modalidade, alinhada com uma formação em educação física, irá proporcionar benefícios para quem ensina esta modalidade em sua iniciação.

No primeiro capítulo, será descrito um breve histórico do judô, a origem dos ensinamentos tradicionais e suas relações e implicações com a educação física e o processo de formação dos instrutores de judô.

No segundo capítulo, realiza-se a identificação das metodologias de ensino e possíveis indícios de melhorias nos processos de ensino aprendizagem.

No terceiro servirá para elucidar a importância de o instrutor de judô buscar uma formação mais ampla e profissional através da educação física, como também propostas de aproximação entre as duas áreas.

2 O INSTRUTOR DE JUDÔ

2.1 Um breve histórico do judô

A origem do judô guarda relações com a idade média, época que uma classe de guerreiros denominada de samurais, tinham grande destaque no Japão feudal, especialmente através dos combates. (SUGIZAKI, 2018). Eram praticantes de diversos estilos de lutas, sendo uma delas o jujustu , técnica de luta corporal que envolvia socos, chutes, estrangulamentos, arremessos e imobilizações. (KANO, 2008). Essas técnicas eram métodos que os samurais utilizavam para se defender em combates.

Entretanto, o Japão passou por diversas mudanças durante a era Meiji, quando se abriu para o mundo, passando por transformações internas em diversos setores tais como econômico, político e cultural. (SUGIZAKI, 2018). Segundo Sugizaki (2018), algo que também passou por mudanças foram essas técnicas de combates, entrando no esquecimento, chegando ao fim a era dos samurais. Entretanto, um jovem querendo resgatar tradições do passado e adequá-las ao novo Japão, desenvolveu uma nova arte:

Em minha juventude, estudei jujutsu com muitos mestres famosos. Seus vastos conhecimentos, o fruto de anos de pesquisas constantes e de ricas experiências, foram muito valiosos para mim. Naquela época, cada pessoa apresentava sua arte como um conjunto de várias técnicas. Ninguém percebia o princípio único que existia por trás do jujutsu. Quando eu percebia diferenças nas formas de ensino das técnicas entre um professor e outro, em geral me sentia perdido, sem saber qual era a correta. Isso me levou a procurar um princípio que delineasse o jujutsu, um princípio que fosse aplicado sempre que se atacasse o oponente. Após um abrangente estudo sobre o assunto, percebi um princípio único que unia tudo: era necessário fazer o uso mais eficiente possível das energias mental e física. Com esse princípio em mente, estudei novamente todos os métodos de ataque e defesa que tinha aprendido, mantendo apenas aqueles que estivessem de acordo com esse princípio. Descartei os que não estavam de acordo e substituí-os por técnicas em que o princípio estava corretamente aplicado. Ao conjunto de todas as técnicas resultantes chamei então de judô, para distinguir essa arte de sua predecessora, e é ela que nós ensinamos na Kodokan. (KANO, 2008, p.19-20).

Ao resgatar tradições do passado, Kano não só resgatou valores importantes da história do seu país como também os adequou a uma nova realidade em que seu

país e povo estava inserido. Era necessário mudar, e através do judô, várias técnicas que eram utilizadas para aniquilar rivais, se transformaram em uma arte que prezava harmonia, respeito, melhoria corporal e mental na vida de quem praticasse. (SUGIZAKI, 2018).

A palavra judô significa “caminho suave”, devendo ser enxergada como algo mais do que simples movimentos de defesa e ataque e sim um modo de vida para se seguir. (KANO, 2008). Kano (2008), acreditava que o princípio da máxima eficiência poderia ser aplicado na educação física, que na época ele conceituava a educação física como uma prática para tornar o corpo saudável e forte. Kano acreditava que o judô poderia ir além das habilidades físicas e que poderia trazer valores filosóficos e morais pro indivíduo. (SUGIZAKI, 2018).

O judô não podia ficar restrito ao dojo, conforme seu criador, ele tinha que ir além e estar presente no dia a dia da pessoa, se remetendo ao caminho do guerreiro samurai. (SUGIZAKI, 2018). Nessa linha, se a pessoa fizer o uso máximo da mente e do corpo em suas tarefas diárias, terá uma vida mais produtiva e benéfica. (KANO, 2008). O corpo bem fisicamente e mentalmente e o caminho que todos os praticantes de judô devem seguir, sendo essa a principal essência do judô.

Ao se expandir por vastas regiões, o judô logo se tornaria uma das artes mais praticadas em todas as partes do mundo. Nesse sentido, sua popularidade foi aumentando ao passo que no ano de 1964 em Tóquio, teve sua primeira aparição nos jogos olímpicos. (SUGIZAKI, 2018). Hoje o judô é uma modalidade tanto olímpica quanto paralímpica. Ao se tornar modalidade olímpica, houve grandes mudanças em seus princípios, se moldando como uma modalidade também voltada ao rendimento esportivo, passando a ter seus princípios educacionais também incorporados a princípios relacionados à competitividade esportiva. (SILVEIRA; VIOLIN; PIMENTEL, 2018).

Conforme Drigo (2007), o judô chegou ao Brasil através de imigrantes japoneses, em sua maioria agricultores, de modo que o Japão não instalou escolas no Brasil de início, não se instalando propostas de formação, acarretando a falta de metodologias pedagógicas e a não instrução de uma formação profissional definida.

Surge então, questionamentos de como se dá a formação dos professores de judô e como ela caminha nos dias atuais.

2.2 O judô no modelo artesanal e profissional

Compreender o processo de formação dos professores de judô, é fundamental para entender a origem dos aprendizados que são utilizados por esses instrutores nos procedimentos didáticos pedagógicos no ensino infantil. É importante ressaltar, que existem diversos setores para se atuar com o judô como em escolas, clubes, academias e projetos sociais. Identificar se existem diversidades na formação, serve também para entender de forma mais clara e objetiva as necessidades de cada situação.

Dentro dos diversos contextos de se trabalhar com o judô, quem tem a competência para ensinar são os que adquirem a graduação em faixa preta, conforme Júnior (2020). Segundo Gomes et al (2013), os aprendizados adquiridos em anos de treinamento na relação entre aluno e mestre, através de um longo processo de práticas, é conhecido como aprendizado tradicional. Conforme Drigo (2007), essa formação guarda relação com o ensino artesanal, prática de aprendizado que ocorria na idade média e valorizava o “saber fazer”, de modo que existe uma grande relação entre essa forma de aprendizado com os ensinamentos no judô:

O ponto de partida da análise do artesanato e sua relação com as artes marciais e lutas, está na concepção das “Escolas de Ofício”, que foi registrada por Rugiu (1998) como possuidora de três características particulares que, por ora, são coincidentes e se apresentam nas artes marciais, possuindo o ponto comum entre ambas:

- Os aprendizes em essência aprendem fazendo;
- Apresenta uma imagem valorizada do mestre e;
- As atividades práticas são consideradas tão formativas do caráter quanto os estudos formais. (RUGIU, 1998, apud DRIGO, 2007, p.35).

Nessa perspectiva, os alunos desenvolvem suas práticas no dia a dia com os seus professores, de modo que a figura do sensei é dada como a de principal responsável por desenvolver os seus discípulos durante todo o processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Cavazani (2012), por não existir uma formação profissional regulamentada que dê suporte integral a esses praticantes, a base do conhecimento vem através dos anos de treinamento e convivência prática que permitem aos instrutores e técnicos de judô ensinar os seus aprendizes. Essa formação de aprendizado persistiu por muito tempo como a melhor maneira de adquirir conhecimento.

Conforme Drigo (2007), a formação artesanal viria a ser substituída durante a revolução industrial, através do surgimento das profissões. Segundo Júnior (2020), a sociedade vem se adequando a diversas inovações com o passar dos anos, como tecnológicas e científicas. Nesse sentido, existem dúvidas sobre a necessidade de profissionalização do instrutor de judô, buscando melhorias em relação aos aspectos tradicionais existentes na forma de se ensinar.

Um ponto que desestabilizou por um momento essa formação tradicional de ensino, foi a regulamentação do profissional de educação física em 1998. Drigo (2007) ressalta que o judô está inserido no rol de modalidades desportivas, sendo essa, uma das competências do profissional de educação física. O artigo 3º da lei 9.696/98 trata o rol de competências do profissional de educação física da seguinte maneira:

Art. 3º Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto. (BRASIL, 1998, Art.3).

O judô estando inserido dentro das modalidades desportivas, passou a ser competência também dos profissionais de educação física, mas não de forma exclusiva. (DRIGO et al. 2011). Na época, acreditava-se que essa lei iria direcionar a busca pela formação acadêmica a quem ensinava lutas, sendo que muitos que atuavam anos antes da referida lei, conseguiram seus registros no Cref/Confef através da modalidade de provisionado. (Silveira; Violin; Pimentel, 2018). Entretanto, após grandes ações que perduram até os dias atuais em diversas regiões do país, o

Confef e os Crefs perderam o direito de fiscalizar as aulas de artes marciais. (TURCHETTO, 2021).

Por não existir uma adesão nacional, a respeito dos técnicos e instrutores de artes marciais possuírem ou não uma formação acadêmica, essas práticas entraram no rol de atividades culturais não estando sob jurisdição exclusiva do CONFEF, esse responsável pela fiscalização e regulamentação da profissão em educação física. (SILVEIRA; VIOLIN; PIMENTEL, 2018). Porém, não transformam os instrutores em profissionais, sendo práticas não regulamentadas, com esse status de profissão sendo aceitos apenas socialmente já que o aprendizado artesanal por si só não se adequa a regulamentação do Ministério do Trabalho e da literatura científica. (CAVAZANI, 2012).

2.3 A formação do instrutor de judô na figura do faixa preta

O processo de formação dos futuros instrutores de judô, se inicia nas academias e clubes durante um longo período de graduação até chegarem à faixa preta, que é a graduação que permite esses atuarem em diversas áreas com o judô. (SILVEIRA; VIOLIN; PIMENTEL, 2018). Os autores ainda relatam que cabe às federações estaduais realizarem o exame de graduação do faixa preta, como também aplicar cursos e estabelecer os critérios, tendo autonomia chancelada pela Confederação Brasileira de Judô (CBJ).

Conforme (CARVALHO; DRIGO, 2007) essa compreensão serve para elucidar, que os cursos são curtos e servem mais para atualizar e informar os judocas, cabendo às academias e os clubes formar os futuros instrutores e técnicos através do modelo tradicional de ensino. Os cursos oferecidos pelas federações são mais relacionados à arbitragem, mudanças de regras e alteração nas pontuações, sendo papel dos clubes e academias formar os futuros senseis. (SILVEIRA; VIOLIM; PIMENTEL, 2018). Cabe então analisar se existem diversificação na formação dos faixas pretas, que após conquistarem este posto, atuarão de acordo com suas escolhas em diversas áreas, sendo a de instrutor de judô infantil uma delas.

Nos estudos de Drigo et al. (2011), foram feitas pesquisas documentais com o objetivo de identificar como ocorre o processo de formação do técnico desportivo de judô e suas variações tais como: monitor, auxiliar, instrutor e treinador. As fontes foram buscadas nos sites da Confederação Brasileira de Judô (CBJ), Federação Paulista de Judô (FPJ), Federação de Judô do estado do Rio de Janeiro (FJERJ) e a Liga Paulista de Judô (LPJ), não sendo encontrado nada relacionado a alguma formação específica, sendo identificado apenas aspectos relacionados à formação do faixa preta. Tem como conclusão que para conhecer o processo de formação do técnico, instrutor, auxiliar de judô, é preciso estudar a formação do faixa preta. (DRIGO et al. 2011).

Esse processo de formação do faixa preta, desperta curiosidade em relação às estruturas de como são feitas a aquisição de conhecimento, e se essas são suficientes para se trabalhar como formador. Por ser uma modalidade que a iniciação pode ocorrer durante a infância, é importante uma ampla formação em diversos aspectos visando preparar um bom professor que irá trabalhar no desenvolvimento integral da criança através dessa modalidade.

Conforme Drigo (2007), o processo de exame e avaliação do faixa preta acontece através das federações regionais com a chancela da CBJ, que valida os exames. Assim, a busca por informações em saber como ocorre a graduação do faixa preta serve de grande importância na identificação dos conteúdos ensinados, já que após conseguirem tal nível, vão atuar em diferentes áreas e em diferentes contextos.

No estudo de Júnior (2020), teve como objetivo investigar como é oferecido o exame de formação do faixa preta nas federações estaduais dos estados do Piauí, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul e a nível nacional através dos documentos ofertados pela CBJ. Foram feitas análises documentais buscando informações de como se dá o processo de formação, sendo identificado que a maioria das federações seguem o documento denominado de: Regulamento Para Exame e Outorga de Faixas e Graus, organizado pelo Conselho Nacional de Graus – CGN que estabelece os requisitos para adquirir a graduação em faixa preta. Como forma de esclarecer melhor os requisitos para se graduar nessa modalidade,

foi identificado no site da CBJ o documento da CGN, que estabelece os seguintes critérios para aquisição da graduação em faixa preta:

XII. FAIXA PRETA 1º DAN (SHO DAN) A) Idade mínima - 16 (dezesesseis) anos completos até a data de realização do exame estadual. B) Interstício mínimo - 02 (dois) anos de carência, ou 01 (um) ano para os candidatos maiores de 20 anos, como Faixa Marrom na Federação e CBJ, completos até a data da realização do exame estadual e 04 (quatro) anos de registro no Sistema Zempo. C) Acumulação de 700 pontos, de acordo com as tabelas expostas abaixo, nos dois últimos anos que antecedem o exame. D) Provas Teóricas: Histórico, filosofia, ética e disciplina; Atualidades; Divisão e classificação das técnicas; Ortografia do vocabulário técnico; Descrição escrita sobre Nage no Kata. E) Provas Práticas: Ortografia do vocabulário técnico; Descrição escrita sobre Nage no Kata; F) Provas Práticas: Nage no Kata – (completo, como Tori); Nage waza; Renraku waza/Renraku henka waza; Kaeshi waza; Katame waza; Apresentação prática de arbitragem. (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ, 2021, p.20).

Observa-se que os critérios utilizados por ampla maioria das federações seguem uma linha mais relacionada aos aspectos do judô, através de práticas e teorias relacionadas à modalidade. Como citado anteriormente, as federações estaduais têm autonomia para estabelecer critérios, podendo encaixar aspectos científicos como forma de avaliação.

Júnior (2020), cita que com exceção da federação Piauiense que adotou cursos de primeiros socorros, e a federação do Rio grande do Sul que adotou cursos relacionados a pedagogia do esporte, esporte infantil, psicologia do esporte, fisiologia do esporte e primeiros socorros. Todas as outras federações seguem o modelo tradicional de formação, com Júnior (2020), citando que as federações têm autonomia para elaborar e aplicar os exames, com apenas duas federações adotando aspectos científicos em suas formações. Júnior (2020), as federações ainda priorizam os aspectos tradicionais em seus exames, cursos e avaliações, sendo escassos questões relacionadas a desenvolvimento motor, biomecânica, aspectos pedagógicos entre outros.

Júnior (2020) também investigou documentos e ofertas ao curso de graduação em educação física com o conteúdo de lutas nas universidades dos estados de São Paulo (UNESP, UNICAMP, USP), Piauí (UFPI), Minas Gerais (UFMG), Rio Grande do Sul (UFRGS), Rio de Janeiro (UFRJ). O autor ainda

analisou projetos de extensão e pesquisa, e obteve como resultados que são passados conteúdos tradicionais das lutas com o judô inserido nelas, e também aspectos científicos relacionados a pedagogia, biomecânica, fisiologia e saúde.

Uma importante observação é que nas Universidades, geralmente a disciplina de lutas agrega diversas lutas e não especificamente o judô. Existem universidades que trabalham com modalidades específicas de lutas, mas não são todas. (JÚNIOR, 2020).

(JUNIOR; DRIGO, 2001) Se por um lado existem praticantes com um repertório extenso de práticas, mas com poucos conhecimentos científicos, do outro lado existem acadêmicos com vasto conhecimento acadêmico e com pouco conhecimento práticos relacionados às lutas (dentro disso o judô). Esse problema poderia ser sanado através de uma aproximação de ambas as partes, desde as universidades com as federações, e também os instrutores, atletas de lutas com os acadêmicos. (JÚNIOR; DRIGO, 2001).

Outro ponto que mostra o distanciamento entre as academias e as universidades são os achados de Júnior (2020), que dos dezessete medalhistas olímpicos, apenas quatro possuem registro no Cref/Confef e apenas dois possuem graduação em educação física. Logo, esse distanciamento acaba por ser presente até por grandes atletas de alto rendimento.

Existem por parte dos praticantes, uma crença em que o curso de educação física não dá suporte suficiente na resolução das necessidades das lutas (dentro desse cenário o judô) e que não resolveria as lacunas existentes de forma integral. (CAVAZANI, 2012). Entretanto, o autor afirma que o conhecimento científico é adquirido nas Universidades e cabe às academias estimularem os seus alunos na busca do aprimoramento dos seus conhecimentos. O estudante durante a graduação, precisa relacionar os conhecimentos adquiridos com o que pretende trabalhar, mesmo que o curso de licenciatura em educação física seja focado no âmbito escolar, ele também abarca modalidades específicas. (GOMES et al, 2013).

Dado o exposto, é possível identificar um distanciamento entre os clubes/academias e federações com as instituições de ensino que têm a prerrogativa de passar o conhecimento científico e a formação profissional. É de suma importância que a educação física em consonância com os aprendizes do modelo artesanal, busquem interações que agreguem a ambos os lados, já que no mercado, ambas atuam de forma paralela. (CAVAZANI, 2012). Essa aproximação serve para se adequar às novas demandas que são necessárias na sociedade atual, logo a intenção não é descartar o modelo tradicional que teve suas contribuições e importâncias, a saber:

Contudo, embora existam trabalhos apontando para a necessidade de refletir sobre novas propostas, não caberia aqui desqualificar o ensino tradicional de judô ao qual os atletas são submetidos desde os primórdios. Esse método foi relevante na inserção do judô no Brasil, tendo em vista que através dele foram atraídos muitos adeptos da prática, que hoje é amplamente disseminada, e através do qual grandes competidores foram formados e tornaram o judô a modalidade que mais trouxe medalhas ao país em jogos olímpicos. Tampouco seria adequado assumir a importância de conhecimentos científicos e negligenciar os saberes da prática; ou ainda condenar a presença de ex-atletas em ambientes de ensino, contestando a capacidade destes enquanto educadores. (RODRIGUES, 2022, p. 23).

Não se pode apagar feitos que foram essenciais na contribuição da disseminação da modalidade que hoje é praticada por crianças, jovens, adultos e idosos por todas as partes do mundo. No Brasil, é a modalidade olímpica que mais trouxe medalhas para o país, tendo o mérito das pessoas que vem ensinando a muito tempo essa modalidade. Assim, é essencial também se adequar às novas demandas que são exigidas em busca de melhorias na prestação de serviços ao público dessa modalidade.

Mesmo com esse distanciamento, existem profissionais que vem auxiliando os seus alunos que pretendem trabalhar com o judô a buscarem o conhecimento científico. Nesse sentido, cabe verificar como os instrutores que adquiriram a formação tradicional, aplicam seus métodos nas aulas de judô, especificamente na infância.

3 IMPLICAÇÕES NO ENSINO DO JUDÔ INFANTIL

3.1 Iniciação esportiva precoce

Por sua dimensão de benefícios ser ampla, desenvolvendo aspectos motores, cognitivos, afetivos e sociais, além de proporcionar vivências culturais novas, e de suma importância, que o responsável pelos ensinamentos esteja preparado para atuar no desenvolvimento de todos esses fatores. Na educação infantil, é uma das etapas que se necessita ter mais atenção no processo de desenvolvimento da criança, sendo um ciclo que envolve a família, a comunidade e as redes de ensino atuando de forma conjunta.

O judô está presente em diversos locais e com objetivos distintos, e dependendo do local que é ofertada a prática, o foco pode ser encarado como educacional, esportivo ou recreativo (GOMES et al, 2013). Independentemente do que será cobrado pelos clubes, academias ou escolas, um professor que esteja bem capacitado, saberá atuar de forma correta e eficiente. A formação profissional adequada, não só agrega na vida de todos que usufruem como também reduz a possibilidade de possíveis problemas.

Inicialmente, é comum em diversas modalidades e especificamente se falando de judô, ver uma grande valorização da competitividade em detrimento de outros fatores que são mais importantes durante a infância. (CAVAZANI, 2012). Segundo Gomes et al. (2013), é frequente a valorização de movimentos específicos pensando nas vitórias dos campeonatos, já na infância, o que acarreta prestígio às academias e ao próprio professor no papel de treinador, acabando por muitas vezes deixar aspectos tão importantes quanto de lado.

É necessário observar sobretudo, a elevada capacidade educacional que o judô proporciona a quem pratica, e entender, que o judô precisa ser desenvolvido conforme seus princípios e sua visão de modernidade, sendo a especialização precoce um fator que pode trazer consequências negativas no desenvolvimento das crianças. (PETTERSEN; ZANDOMÍNEGUE; MELO, 2022). A busca por conquistas em campeonatos desde cedo, estão presentes nas raízes da sociedade atual, pela

forma que muitas modalidades se tornaram esportivas, paralelo a isso aumentou a crença de que conquistas durante a infância é garantia de resultado futuro.

Nos estudos de Cavazani (2012), foram feitas pesquisas documentais no site da Federação Paulista de Judô, onde analisou a trajetória de 103 atletas medalhistas no campeonato paulista sub 09 e 10 durante os anos de 1999, 2000 e 2001, sendo analisado os resultados desses até o ano de 2011. Como resultados, observou-se que cerca de 67 atletas interromperam as conquistas de medalhas nos 12 anos de idade, servindo para mostrar que as conquistas durante a infância não é sinal de garantias de conquistas futuras até a fase adulta, mostrando também que os atletas se afastaram da competitividade nas categorias seguintes.

Cabe a reflexão sobre o distanciamento desses atletas em relação às conquistas por medalhas. Em muitas situações, as crianças são submetidas a campeonatos logo cedo por se destacarem nas aulas, sendo submetidas a pressões que muitas das vezes podem trazer problemas. É importante compreender todas as áreas do desenvolvimento, e crianças que tem uma boa coordenação motora desenvolvida, mas não está com a cognição no mesmo nível, pode acabar passando por situações de dificuldade, levando ao abandono das práticas.

Nos achados de Massa et al. (2010), através de um delineamento qualitativo, de perguntas abertas, teve como amostra seis atletas pertencentes a equipe brasileira de judô que atuaram nos jogos olímpicos de Atenas no ano de 2004. Com objetivo de identificar o momento da manifestação dos talentos dos judocas, teve como resultados encontrados que cinco dos seis atletas relataram que não se destacavam durante a infância, passando por situações como dificuldades em realizar movimentos, medo e receio durante a iniciação. Os cinco atletas ainda relataram que o trabalho ao longo do tempo e a evolução nos treinos foram determinantes nos anos seguintes. Apenas um atleta relatou que se destacava durante a infância nas competições. É essencial que durante a infância, a criança seja enxergada como criança, sendo compreendida as especificidades de cada uma, oferecendo oportunidades múltiplas de vivências para todas. (MASSA et al. 2010).

3.2 Desenvolvimento motor

Conforme Cavazani (2012), limitar a criança a movimentos específicos, focando apenas em gestos que garantem resultado de imediato, não oportunizando uma variedade de movimentos que futuramente trará benefícios, traz prejuízos em relação ao desenvolvimento motor. A mecanização de movimentos específicos, restringe a possibilidade de o aluno explorar diversidades de movimentos. (RODRIGUES, 2022). Conhecer as áreas do desenvolvimento e como elas funcionam, são essenciais para a elaboração de atividades pedagógicas conforme cada modalidade, ampliando e proporcionando uma temática prazerosa às crianças.

O desenvolvimento motor se inicia na concepção e perdura até a morte, e assim como em outras áreas do desenvolvimento, sua compreensão vem através de estágios (GALLAHUE; OZMUN; GOODWAY, 2013). Segundo os autores, o desenvolvimento motor precisa interagir com o desenvolvimento cognitivo e afetivo, de modo que a variedade de experiências vividas na relação entre a biologia, o ambiente e a tarefa específica afetam esses fatores. É importante que o professor tenha em mente a harmonização entre esses três fatores do desenvolvimento já que um se relaciona com o outro.

Conforme (GALLAHUE; OZMUN; GOODWAY, 2013), o desenvolvimento motor é analisado por estágios e que esses têm uma sequência determinada não podendo ser pulada. É essencial que cada fase do desenvolvimento motor seja compreendida e explorada da melhor maneira possível, sendo que na infância o estágio de desenvolvimento e o de habilidades motoras fundamentais:

O desenvolvimento das HMFs é essencial para o alcance da proficiência em vários esportes, jogos e danças de uma cultura. Elas consistem em blocos básicos para um movimento eficiente e efetivo e oferecem às crianças modos de explorar os seus ambientes, de adquirir conhecimentos sobre o mundo ao seu redor. As HMFs em desenvolvimento podem ser consideradas como letras ou caracteres de um alfabeto em uma cartilha para aprendizes. Esses caracteres fornecem a base para o aprendizado das palavras (habilidades motoras combinadas), que depois permitirão às crianças a produção de sentenças e parágrafos (habilidades esportivas e sequências de dança específicas) por meio da reestruturação das letras em várias combinações. Se os princípios básicos dos caracteres e das letras não forem assimilados, as crianças terão um desenvolvimento linguístico deficiente. De modo similar, no desenvolvimento motor, a capacidade de movimentar-se com facilidade, combinando várias HMFs,

fica comprometida quando a criança não adquire a competência motora básica durante os primeiros anos. (GALLAHUE; OZMUN; GOODWAY, 2013, p. 208).

Para conseguir atingir uma ampla variedade de movimentos em determinada modalidade esportiva, é preciso que o estágio do desenvolvimento das habilidades básicas esteja em seu nível ideal. Caso contrário a pessoa se limitará a um repertório curto de gestos, podendo sofrer lesões, traumas e implicações que podem acarretar o abandono da modalidade.

As habilidades motoras fundamentais consistem em movimentos de estabilidade, manipulação e locomoção, e a variação dessas habilidades básicas produzidas, será base para a aquisição de habilidades específicas futuras. (GALLAHUE; OZMUN; GOODWAY, 2013). Segundo os autores, analisar a situação de cada criança, identificar atrasos e avanços de cada uma, é primordial para elaborar sequências de habilidades com o corpo inteiro e com agrupamentos específicos, desenvolvendo tanto atividades estabilizadoras como também em movimento. Por conseguinte, mesmo que a criança esteja participando de uma modalidade específica como o judô, vôlei ou futebol, onde cada uma dessas modalidades tem seus gestos particulares, é essencial que nessa fase o foco esteja na diversidade de movimentos, mesmo que não seja específico da modalidade praticada.

Na infância, é essencial que a aula gire em torno da variedade de movimentos, e mesmo que a criança tenha dificuldades, é fundamental que ela não seja excluída, e que o seu processo de evolução seja encarado ao longo do tempo. (MASSA et al. 2010). As habilidades motoras fundamentais em seu processo de desenvolvimento, acontecem na infância entre os 3 a 7 anos, e durante essa fase, é de suma importância que o foco esteja na melhoria de competência motora básica, de uma eficiência mecânica corporal e de uma variedade de situações de movimento bem desenvolvidas. (GALLAHUE; OZMUN; GOODWAY, 2013). Nesse viés, o trabalho a longo prazo, respeitando e compreendendo cada fase em que a pessoa se encontra presente, com boas estratégias metodológicas aplicadas, evitará danos ao desenvolvimento motor, mental e técnico, preparando um futuro bom atleta, se for o caso, através do trabalho a longo prazo. (PEREIRA et al, 2020).

Durante o estágio de habilidades motoras fundamentais, existem subdivisões denominadas de estágio elementar, emergentes e proficientes. A criança inicia com muitas dificuldades, e situações como a falta no controle corporal, na realização de poucos ou exagerados movimentos é bastante comum. (GALLAHUE; OZMUN; GOODWAY, 2013). Os autores relatam que ao passar pelo estágio elementar, acontece uma boa melhora nesses aspectos até chegar ao nível proficiente, onde a criança deve estar com a performance mecanicamente eficiente, coordenada e bem controlada.

O desenvolvimento motor é um aspecto que deve estar presente no processo de ensino aprendizagem. O professor de judô, precisa ter um repertório teórico e prático quando atua na iniciação dessa modalidade, e cada parte da aula precisa ter metas a serem concluídas ao final de cada aula. Compreender como esses professores atuam na educação infantil é fundamental na identificação de lacunas que possam ser solucionadas.

3.3 A atuação do instrutor na educação infantil

Nos achados de (PETTERSEN; ZANDOMÍNEGUE; MELLO, 2022), teve como objetivo investigar como os professores conduzem suas aulas com crianças de 3 a 12 anos no Estado do Espírito Santo. Teve como amostra 33 professores, cada um representante de uma escola registrada na Federação Espírito-Santense de Judô (FEJ). Por conta da pandemia, os professores responderam um questionário através do Google Forms com perguntas relacionadas a caracterização dos sujeitos, formação profissional, e atuação com o público infantil. A maioria dos professores são homens, com grande maioria tendo experiência na atuação infantil, de modo que dos 33 professores, 19 são graduados em educação física, 7 formados em outras graduações, 6 possuem apenas a formação artesanal do judô e 1 não quis informar. Os professores atuam em diversos cenários tais como: ensino curricular e extracurricular, condomínios, projetos sociais, academias e clubes.

Como resultados, os professores trabalham em suas aulas aspectos filosóficos, técnicos e desenvolvimento motor no ensino, com a utilização de jogos e brincadeiras durante as aulas. (PETTERSEN; ZANDOMÍNEGUE; MELLO, 2022). Segundo os autores, destaca-se no campo filosófico da aula, aspectos sociais, morais e também a disciplina, o caráter e o respeito, sendo esses aspectos éticos e morais condizentes com os fundamentos criados por Jigoro Kano. Entretanto, no campo do desenvolvimento motor, não houve menção por parte dos professores sobre a relação de encarar o desenvolvimento motor como um processo e sim de forma universal, sem muita distinção. Nesse sentido, o uso do lúdico e das brincadeiras são utilizados nas aulas, só que de forma funcionalista, sendo utilizado como forma de garantir aspectos técnicos, táticos, competitivos e também como forma de recompensa ao fim das aulas. (PETTERSEN; ZANDOMÍNEGUE; MELLO, 2022).

Percebe-se que existem falhas na atuação pedagógica dos professores de judô do Estado do Espírito-Santo, e um desses motivos está relacionado com a falta de uma formação adequada por muitos professores já que dos 33, 14 se distancia de muitos conhecimentos que são necessários. (PETTERSEN; ZANDOMÍNEGUE; MELLO, 2022). Essa distanciação vem aos poucos sendo alterada, já que é possível verificar uma ampla quantidade de professores de judô graduados em educação física. No entanto, muitos buscam a formação em educação física para cumprir apenas certas legislações e competências da profissão. (GOMES et al, 2013).

Com objetivo de identificar como a formação em educação física influencia na atuação dos professores de judô que trabalham com crianças a partir dos 6 anos, os estudos de Gomes et al. (2013), teve como amostra 12 professores graduados em faixa preta de judô, sendo 7 formados em educação física e 5 apenas com a graduação de faixa preta. Através de uma pesquisa qualitativa, tendo como método de pesquisa o “Discurso do Sujeito Coletivo” (DSC), teve como os seguintes resultados: a forma de iniciação como professor de todos os entrevistados, aconteceu quando ainda na função de aluno ajudava o seu professor na época, mostrando a presença da formação artesanal presente na formação de todos os professores. Sobre a utilização do lúdico nas aulas, 80% dos professores não graduados entende lúdico como brincadeiras de pega-pega e utilização de nomes

envolvendo animais, sendo utilizadas no começo da aula, algo parecido foi relatado por 14% dos graduados. Nesse viés, 43% dos graduados e 80% dos não graduados relataram que focam em aspectos técnicos nas aulas, demonstrando os golpes por meio de entradas tradicionais. Apenas um professor graduado relatou ensinar os golpes por meio de brincadeiras e histórias. Esse estudo teve como principal resultado que a formação artesanal teve predominância maior nas metodologias ensinadas. Outro aspecto importante é que poucos professores trabalham técnicas de solo na infância.

Nos achados de (SILVEIRA; VIOLIN; PIMENTEL, 2018) teve como objetivo verificar como o judô é ensinado no Estado do Paraná. Através de um estudo descritivo qualitativo, teve como amostra 64 professores de judô do Estado do Paraná, sendo 60 do sexo masculino e 04 do sexo feminino, todos graduados em faixa preta e atuantes em diversos contextos (escola, clube, academia, associação). Como principais resultados, foi possível identificar a grande quantidade de graduados em educação física, sendo que dos 64, 43 são graduados e 07 estão se graduando em educação física. Outros fatores que mostram a aproximação do ensino do judô com o modelo pedagógico e que 96,9% afirmam trabalhar com o lúdico em suas aulas. Entre o objetivo principal ao ensinar o judô destacou-se com 60,9% formar cidadão e 20,3% formação global. Entre os aspectos mais importantes priorizados nas aulas destacou-se com 76,6% Educacional/Filosófico seguido por 15,6% parte técnica e 6,3% competitivo. Em relação aos aspectos menos importantes priorizados nas aulas destacou-se com 62,5% competitivo, 7,8% técnico e 7,8% físico.

Outro ponto interessante foi em relação a busca por atualizações nos conhecimentos, se destacando com 25,1% livros, 22,2% cursos, 19,9% internet e 8,8% artigos. Segundo (SILVEIRA; VIOLIN; PIMENTEL, 2018), a busca por conhecimento através de dissertações, teses e artigos científicos apesar de modesta, se justifica pela pouca produção relacionada ao ensino nessa área, já que boa parte da produção se concentra em aspectos biomecânicos e fisiológicos.

Diante desses estudos, é importante refletir que existem falhas nos processos didáticos pedagógicos ao ensinar o judô na infância. Logo, é importante ressaltar

também o crescimento de graduados em educação física, sinal de que a busca pelo conhecimento está presente por parte dos professores se contrapondo ao conhecimento ofertado apenas no viés prático. Entretanto, observa-se que não existe um padrão dotado na capacitação dos professores que atuam em diversas regiões do país, dando a entender que o modelo artesanal ainda é o mais presente.

4 Propostas de capacitação aos instrutores de judô por meio do campo profissional

Ao ingressar no judô, o praticante seguirá por uma linha voltada ao lazer, a melhorar como pessoa ou buscará resultados em competições visando o alto rendimento. (PEREIRA et al. 2020). Logo, é importante ter em mente que nem todos se tornarão atletas competidores, sendo papel do professor enxergar que a criança que inicia nesta modalidade necessitará de cuidados e que sua formação deva acontecer através de uma diversidade de fatores que contribuem para sua formação. (GOMES et al. 2013). Para isso, é necessário adquirir conhecimentos que vão além das vivências práticas nas academias, sendo a graduação em educação física um caminho a se seguir, por conta da sua ampla área de conhecimentos. (GOMES et al 2013).

Um professor com uma formação acadêmica ampla e agregada a uma capacitação constante, passa mais credibilidade ao mercado e aos pais que encaminham seus filhos ao esporte. (CAVAZANI, 2012). Assim, o profissional deve prezar pela formação inicial e dar sequência através dos projetos de pesquisa e extensão, aprimorando não só o conhecimento dos instrutores como também enriquecendo toda a comunidade do judô com projetos de pesquisa e extensão voltados ao conhecimento científico específico dessa modalidade. (JÚNIOR, 2012). O autor defende uma aproximação entre as instituições acadêmicas e os órgãos que representam o judô nacional, a fim de buscar uma relação entre o que se desenvolve no campo com o que é praticado no dojo.

Drigo et al. (2011), ressalta que a falta de comunicação entre o campo acadêmico com as confederações e federações, acarreta a permanência do judô no polo de ensino artesanal. Contudo, é possível verificar que muitos graduados em faixa preta estão buscando a formação acadêmica em educação física como forma

de aprimorar os seus conhecimentos, como foi demonstrado nos estudos referidos anteriormente.

Cabe lembrar, que a formação acadêmica em educação física possibilita oportunidades de ampliação no mercado de trabalho através do ensino regular. Atuar no ensino regular e função exclusiva do profissional de educação física formado em licenciatura e está previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, existindo previsão para que o professor atue com o conteúdo de judô nas escolas a partir do ensino fundamental, a saber:

As lutas são disputas em que o(s) oponente(s) deve(m) ser subjugado(s), mediante técnicas e estratégias de desequilíbrio, contusão, imobilização ou exclusão de um determinado espaço na combinação de ações de ataque e defesa. Caracterizam-se por uma regulamentação específica, a fim de punir atitudes de violência e de deslealdade. Podem ser citados como exemplo de lutas desde as brincadeiras de cabo-de-guerra e braço-de-ferro até as práticas mais complexas da capoeira, do judô e do caratê. (BRASIL, 1997, p.37).

Vale ressaltar que o judô na escola, através do ensino regular, tem suas particularidades a serem seguidas. Deve ser enxergada como cultura corporal e independente do conteúdo escolhido para ser trabalhado, os processos de ensino e aprendizagem devem abarcar todas as características dos alunos em suas dimensões cognitivas, afetivas, corporais, inserção social, estética e de relação interpessoal. (BRASIL, 1997).

Cabe ao professor não se limitar em aspectos técnicos e competitivos, e sim considerar o aluno como um todo, o fazendo refletir sobre suas possibilidades e capacidades de entender e questionar as práticas, interagir e refletir com elas. Logo, uma aproximação dos instrutores de judô com o campo acadêmico pode ampliar o mercado de trabalho desses atuando no ensino regular e enriquecendo ainda mais o campo científico.

Uma parceria entre o CREF4/SP e a FPJ possibilitou o desenvolvimento do primeiro projeto acadêmico-profissionalizante oficial da modalidade em todo o país. (PINTO, 2023). Denominado de Keisei No Michi ou Caminho da formação, o curso tem como objetivo principal aplicar os conhecimentos deixados por Jigoro Kano nos modernos conceitos acadêmicos educacionais. (PINTO, 2022). O autor ainda explica que o curso conta com eixos temáticos voltado para o judô como esporte de alto

rendimento, judô em ambiente escolar, judô para pessoas com necessidades específicas e judô para manutenção de saúde.

O curso é composto por aulas presenciais e online, abarcando módulos de gestão, aspectos biológicos, pedagogia aplicada ao judô e outros módulos relacionados à própria modalidade, sendo que ao fim do curso os alunos deverão apresentar um trabalho de conclusão de curso para garantir o certificado (PINTO, 2022). Essa parceria entre o CREF4 e a FPJ, demonstra as necessidades atuais em relação ao processo de profissionalização desses instrutores.

Vale ressaltar que em fevereiro de 2023 foram formados 74 alunos, com a segunda turma em andamento. (Pinto, 2023). Logo, essa parceria precisa se expandir para os outros estados da federação, contando também com uma possível inserção das instituições acadêmicas. Um dos objetivos, é que os futuros instrutores que ingressem nesse curso, busquem sua profissionalização mais abrangente através da graduação em educação física.

5 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental de finalidade básica estratégica e com o objetivo descritivo exploratório. Conforme Gil (2017), a pesquisa bibliográfica é elaborada através de consultas em materiais já publicados e tem como principal vantagem permitir ao investigador a cobertura de amplos fenômenos.

A abordagem utilizada para analisar os dados foi através da pesquisa qualitativa. O método utilizado foi o hipotético dedutivo.

Para a busca de trabalhos como fontes de pesquisa, foram empregadas as seguintes palavras-chaves: Judô, Formação Profissional, Formação Artesanal, Educação Física e Ensino; na plataforma google acadêmico com recorte temporal no período de 1995 a 2023. Foram incluídos artigos, teses, dissertações, periódicos, livros, sites, legislações que estivessem em língua portuguesa. Foram excluídos textos incompletos, textos não condizentes com o tema e escritos em língua estrangeira.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Constatou-se que o processo de formação do instrutor de judô se molda no polo artesanal de ensino, onde a figura do mestre como responsável pela formação de seu discípulo, através dos ensinamentos completamente baseados no teor prático, e o principal método de formação.

Através dos estudos de Drigo et al. (2011), constatou-se que não existe distinções relacionadas a formação do instrutor de judô, sendo identificado que para atuar como educador e preciso passar pela formação do faixa preta. Nesse sentido, o responsável pela iniciação do judô infantil, passa por um longo processo de formação baseados integralmente no modelo prático de aprendizado, como foi encontrado nos estudos de Júnior (2020).

Infere-se que não existe uma formação específica para atuar com o judô em suas variações, sendo encontrado como requisito a graduação em faixa preta. Cabe salientar, que os responsáveis pela graduação do faixa preta, nesse caso as federações seguindo as recomendações da CBJ, não tem estabelecido de forma padronizada pelo país, propostas inovadoras na formação dos seus instrutores. Cabe a poucas federações buscarem introduzir conteúdos em seus cursos que tratem de assuntos importantes para a modalidade, e quando não são as federações, têm partido dos próprios professores buscar o aprimoramento. Não se sabe pelo fato de ser socialmente aceito esse modelo de ensino, os órgãos responsáveis em sua maioria não estão agindo nessa perspectiva de melhoria.

Identifica-se que ao mesmo tempo em que a educação física tem como as modalidades desportivas em seu rol de competência, as confederações e federações representadas pelos seus clubes também possuem essa prerrogativa. Tira-se por conclusão de que tanto o profissional de educação física em sua formação acadêmica, como também os alunos nos clubes que guardam relação com a federações esportivas, carregam a prerrogativa de atuarem com o judô, além de formar os seus futuros professores.

A formação completamente embasada em aspectos práticos, pautados na mecanização de gestos e visando a competitividade, sem um conhecimento científico pautado na pesquisa e em evidências, foram comprovadas nos estudos de Cavazani, 2012, trazendo implicações durante as aulas na educação infantil, através de crenças que ainda estão presentes como a iniciação esportiva precoce.

Mesmo com diversos estudos demonstrando que a iniciação precoce não é garantia de resultado futuro, em muitas aulas do judô, principalmente na infância, é comum ainda ver a presença da competitividade e os ensinamentos de gestos específicos que se limitam em conquistas de vitórias em campeonatos. (CAVAZANI, 2012). Os estudos consolidados, vão contra essa visão, como é o caso de (GALLAHUE; OZMUN; GOODWAY, 2013) que estudam sobre o desenvolvimento motor, e afirmam que o desenvolvimento motor deve ser compreendido como um processo, que passará por diversos estágios, e que existem fatores que influenciam no seu desenvolvimento.

Fatores como a falta de conhecimentos didático-pedagógicos adequados a idade também foram evidenciados nesta pesquisa através dos estudos de (PETTERSEN; ZANDOMÍNEGUE; MELLO, 2022). Muitos professores trabalham com o lúdico sem compreender sua essência, como também utilizam apenas para garantir objetivos técnicos e competitivos. O curso de licenciatura em educação física pode solucionar esses vazios pois abarca disciplinas teóricas e práticas sobre esse conteúdo.

Se tratando em benefícios para os instrutores de judô após a formação acadêmica na licenciatura em educação física, é possível expandir o mercado de atuação desses instrutores através do ensino regular nas escolas públicas e privadas no ensino infantil, fundamental e médio. Neste cenário, na função de professor poderia levar seus aprendizados aprendidos durante anos de prática junto com o vasto conhecimento acadêmico aos alunos no ensino regular, desde que cumpra os objetivos que são estabelecidos ao professor de educação física que atua no ambiente escolar. Essa possibilidade agregaria em uma discussão que ocorre dentro dos cursos de licenciatura de educação física, a respeito do uso de poucas modalidades exploradas pelos professores no âmbito escolar.

Nos estudos de (SILVEIRA; VIOLIN; PIMENTEL, 2018), (PETTERSEN; ZANDOMÍNEGUE; MELLO, 2022) e (GOMES et al. 2013), constatou uma quantidade alta de instrutores graduados em educação física e graduados na modalidade faixa preta de judô. Logo, a busca por uma formação alinhada com conceitos científicos está sendo buscada pelos próprios instrutores.

Destaca-se também a atuação conjunta entre o CREF4 de São Paulo e FPJ que elaboraram pela primeira vez na história do país um curso de grande magnitude que visa o aprimoramento dos instrutores e técnicos de judô do Estado de São Paulo. Além do mais, o curso orienta que os professores busquem uma formação profissional através da educação física.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que o objetivo geral foi cumprido, ao se analisar como ocorre o processo de formação do instrutor de judô, foi constatado que se desenvolve através de um modelo baseado no teor prático de ensino, na relação entre mestre e aprendiz. Nesse sentido, cabe aos clubes e academias formarem seus instrutores que futuramente diante dos diversos contextos, vão atuar como professores na iniciação da modalidade.

Descobriu-se que na iniciação da modalidade, se não compreendida as necessidades de cada criança, em seus estágios de desenvolvimento, pode vir acarretar problemas relacionados ao desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo do aluno. A capacitação através da educação física pode solucionar os espaços existentes na formação do instrutor de judô, como também expandir o mercado de trabalho deste profissional.

A pesquisa partiu da hipótese de que a formação que o instrutor recebe para atuar como professor de judô na iniciação da modalidade, alinhada com uma formação em educação física, irá proporcionar benefícios para quem ensina esta

modalidade em sua iniciação.

O problema de pesquisa também foi respondido de modo que ao investigar o processo de formação do instrutor de judô que atuam na modalidade infantil, os que buscam inovações em suas metodologias de ensino, podem buscar soluções através da educação física.

Como limitações, é possível afirmar que a redução da pesquisa em textos somente em língua portuguesa, diminuiu a quantidade de fontes que poderiam ser pesquisadas com mais abrangência. Vale ressaltar a pouca quantidade de pesquisas relacionadas aos processos pedagógicos do judô, e que falem sobre aspectos do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social no judô durante a infância.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física**, Brasília: MECSEF, 1997.

CARVALHO, Mauro; DRIGO, Alexandre. **O judô dentro do contexto regulamentação da Educação Física**. Revista Digital Buenos Aires, n. 106. Mar. 2007. Disponível em: [O judô dentro do contexto regulamentação da Educação Física \(efdeportes.com\)](http://efdeportes.com) Acessado em 07 abr. 2023.

CAVAZANI, R. **A Iniciação Competitiva Precoce e a Formação do Técnico Desportivo de Judô**: Um estudo de caso dos resultados dos campeonatos paulistas de 1999 até 2011. 2012. 142f. Dissertação parcial apresentada ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Rio Claro-SP, como requisito necessário para qualificação e obtenção do grau Mestre em Ciências da Motricidade Humana. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro – SP, 2012.

Congresso Federal. Lei nº 9696, de 01/09/1998. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria respectivos Conselhos Federal e Regional de Educação Física. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, nº 168 de 02/09/1998.

Confederação Brasileira de Judô. **UNESCO declara judô como esporte mais adequado para crianças**. Confederação Brasileira de Judô, 2013. Disponível em: [UNESCO declara judô como esporte mais adequado para crianças | CBJ](http://www.cbj.org.br/unesco-declara-judo-como-esporte-mais-adequado-para-criancas) Acessado em 29 mar. 2023.

Confederação Brasileira de Judô. **REGULAMENTO PARA EXAME E OUTORGA DE FAIXAS E GRAUS – 2021**. Confederação Brasileira de Judô, 2021.

DRIGO, A. **O Judô; Do Modelo Artesanal ao Modelo Científico**: Um estudo sobre as lutas, formação profissional e a construção do Habitus. 2007. 249f. Tese de Doutorado apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

DRIGO, Alexandre et al. **Artes marciais, formação profissional e escolas de ofício: Análise documental do judô brasileiro**. Motricidade, v.7, n.4, p.49-62, 2011. Disponível em: [Artes marciais, formação profissional e escolas de ofício: Análise documental do judô Brasileiro \(unesp.br\)](http://www.unesp.br/motricidade/Artes_marciais_formacao_profissional_e_escolas_de_oficio_Analise_documental_do_judo_Brasileiro_unesp.br). Acessado em 15 abr. 2023.

GALLAHUE, David; OZMUN, John; GOODWAY, Jacqueline. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 7ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

GIL, Antônio. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, Fábio et al. **Influência da Formação em Educação Física em Professores de Judô**. *Sciense In Health*, v.4, n.1, p.36-34, jan./abr. 2013. Disponível em: [ReP USP - Detalhe do registro: Influência da formação em educação física em professores de judô](#) Acessado em: 19 abr. 2023.

JÚNIOR, L. **Modelos de Formação Dos Instrutores De Judô No Brasil: Análise Das Relações Entre o Tradicional/Artesanal e o Profissional/Científico**. 2020. 125f. Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Motricidade pelo Programa de Pós-Graduação, Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro-SP, 2020.

JUNIOR, Luiz; DRIGO, Alexandre. **A Já Regulamentada Profissão Educação Física e as Artes Maciais**. *Motriz*, jul-dez 2001, v.7, n.2, p.131-132. Disponível em: [7.2 \(cev.org.br\)](#) Acessado em: 14 abr. 2023.

KANO, Jigoro. **Judô Kodokan**. São Paulo: Cultrix, 2008.

PEREIRA, Rubiane et al. **Aspectos relacionados ao desempenho esportivo de judocas: uma revisão sistemática**. *Revista Brasileira de Psicologia do Esporte*, Brasília, v.10, n.4, dez. 2020. Disponível em: [ASPECTOS RELACIONADOS AO DESEMPENHO ESPORTIVO DE JUDOCAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA | Revista Brasileira de Psicologia do Esporte \(ucb.br\)](#) Acessado em: 05 mai. 2023.

PETTERSEN, Ibsen; ZANDOMÍNEGUE, Bethânia; MELLO, André. **Discursos de Professores de Judô do Espírito Santo Sobre as Práticas Pedagógicas Para as Crianças**. *Revista de Educação Física*, v.33, n.1, 2022. Disponível em: [Discursos de professores de judô do Estado do Espírito Santo sobre práticas pedagógicas infantis | Revista de Educação Física \(uem.br\)](#) Acessado em 10 mai. 2023.

PINTO, Paulo. **CREF4/SP e FPJudô Definem Conteúdo do Projeto Keisei No Michi (Caminhos da Formação)**. Federação Paulista de Judô, 2022. Disponível em: [CREF4/SP e FPJudô definem conteúdo do projeto Keisei no Michi \(Caminhos da Formação\) - FPJ - Federação Paulista de Judô](#) Acessado em 19 jun. 2023.

PINTO, Paulo. **FPJudô e CREF4/SP Lançam Segunda Turma Do Projeto Keisei no Michi**. Federação Paulista de Judô, 2023. Disponível em: [FPJudô e CREF4/SP lançam segunda turma do Projeto Keisei no Michi - FPJ - Federação Paulista de Judô](#) Acessado em 19 jun. 2023.

PINTO, Paulo. **Keisei No Michi: curso profissionalizante na área do judô aprova 74 alunos neste sábado**. Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região, 2023. [Keisei No Michi: curso profissionalizante na área do judô aprova 74 alunos neste sábado \(crefsp.gov.br\)](#) Acessado em 19 jun. 2023.

RODRIGUES, G. **Proposta Interacionista De Ensino do Judô: Construção De Um Modelo Para a Luta De Solo**. 2022. 142f. Dissertação apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Educação Física na Área de Biodinâmica do Movimento e Esporte. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

RUFINO, Luiz; DARIDO, Suraya. **Análise da prática pedagógica das lutas em contextos não formais de ensino**. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, v.23, n.1, 2015. Disponível em: [PRÁTICA PEDAGÓGICA DAS LUTAS NO BRASIL: ANÁLISE DE CONTEXTOS NÃO FORMAIS DE ENSINO - DOI: http://dx.doi.org/10.18511/0103-1716/rbcm.v23n1p12-23 | Revista Brasileira de Ciência e Movimento \(ucb.br\)](http://dx.doi.org/10.18511/0103-1716/rbcm.v23n1p12-23) Acessado em 07 abr. 2023.

SILVEIRA, Alexandre; VIOLIN, Douglas; PIMENTEL, Giuliano. **Perfil dos professores de judô do Estado do Paraná - Brasil**. Caderno de Educação Física e Esporte, v. 16, n.1, p.21-30, 2018. Disponível em: [Perfil dos professores de judô do Estado do Paraná - Brasil - Dialnet \(unirioja.es\)](http://www.unirioja.es) Acessado em: 16 mai. 2023.

DRIGO, A; LIMA, A; SUGIZAKI, A. **No Caminho da Suavidade: Escritos do Dr. Mateus Sugizaki**. Editora CREFSP. 2018.

TURCHETTO, Y. **Níveis de Conhecimento Sobre a Pedagogia do Esporte de Professores de Artes Marciais Formados Pela Práxis**. 2021, 89f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação em Ciências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.